

Para analistas, inflação oficial recuou e ficou em 0,27% em julho

Por Arícia Martins | De São Paulo

Passados os efeitos da paralisação dos caminhoneiros, a inflação voltou rapidamente a uma trajetória mais comportada, movimento que deve se aprofundar em agosto, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 37 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,27% em julho, quase um ponto percentual abaixo da taxa registrada no mês anterior (1,26%).

As projeções para o indicador oficial de inflação, a ser divulgado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vão de alta de 0,21% a 0,47%. No acumulado em 12 meses, a inflação medida pelo IPCA deve ter aumentado ligeiramente na passagem mensal, de acordo com a média dos analistas, de 4,39% para 4,43%.

A descompressão inflacionária observada de junho para julho foi generalizada, diz Leonardo França, da Rosenberg Associados, para quem o IPCA desacelerou a 0,24% no último mês. Em seus cálculos, a principal influência de baixa no índice foi o grupo alimentação e bebidas, que recuou 0,50% na medição atual, depois de ter avançado mais de 2% no sexto mês do ano. Os alimentos

in natura, que têm um ciclo mais curto, foram os que mais subiram com a greve dos transportes e, agora, devem mostrar deflação expressiva, estima.

Na parte de proteínas animais, carnes bovinas e de aves e ovos tendem a recuar já em julho, afirma França, mas leite e derivados se mantiveram em patamar elevado no mês passado. "Nestes setores houve também um ajuste de margem das empresas", explica. Como, em agosto, espera-se queda maior para todo o segmento de proteínas, os preços de alimentos vão diminuir ainda mais neste mês, levando a inflação total a ficar ao redor de zero no período, avalia o economista.

França destaca, ainda, a desaceleração prevista para os transportes na passagem de junho para julho, de 1,58% para 0,60%. Segundo ele, o grupo não entrou no campo negativo em função das passagens aéreas, que subiram 45% no IPCA-15 do mês atual. Pela metodologia do IBGE, a taxa de bilhetes aéreos apurada na prévia quinzenal de cada mês é repetida no fechamento.

Por outro lado, observa, os combustíveis devem ter recuado 1,46%, com retração mais forte no etanol. Para a gasolina, o cenário também ficou mais tranquilo, porque o petróleo está em queda no mercado internacional e o câmbio

não pressionou os preços em julho, comentou.

Mesmo desconsiderando o processo de normalização dos preços após o choque temporário, o comportamento da inflação segue benigno, diz Rafael Gonçalves Cardoso, economista-chefe da Daycoval Investimentos. Em suas estimativas, os preços de serviços seguiram rodando em 0,25% no mês passado, mesmo patamar de junho, enquanto a média dos três núcleos mais usados do IPCA cedeu para 0,13%, ante 0,55% na leitura anterior.

Em 12 meses, tanto a média das três medidas usadas para expurgar ou reduzir o impacto de itens voláteis sobre o IPCA quanto a inflação de serviços devem seguir na casa de 3% daqui até o fim do ano, prevê Cardoso. "Mesmo com os efeitos secundários da greve de maio, os núcleos têm espaço para acomodar essas altas", diz o economista, que avalia que os juros básicos devem ficar estáveis, em 6,5% ao ano, até dezembro.

"A dinâmica inflacionária não parece demandar nenhuma ação corretiva do Banco Central até agora", concordam os economistas Jankiel Santos e Flávio Serrano, do Haitong. Para o banco, o IPCA ficou em 0,25% em julho, o equivalente a 4,4% em 12 meses. A perda de fôlego, afirmam Santos e Serrano, se





concretizada, vai reforçar a avaliação da autoridade monetária de que o impacto da greve dos caminhoneiros nos preços foi transitório.

Para o Haitong, o IPCA cedeu no mês passado influenciado principalmente pela queda de

alimentos e combustíveis - os dois itens que mais pressionaram os índices no sexto mês do ano. Parte do ambiente inflacionário mais tranquilo está relacionada também a uma recuperação da atividade mais fraca do que o previsto, dizem os economistas do banco.

O que os economistas esperam

Estimativas para a alta do IPCA - Em %

Instituição	Julho	12 meses
4E Consultoria	0,35	4,51
AZQuest	0,30	4,44
Bahia Asset Management	0,30	4,45
Banco ABC Brasil	0,27	4,42
Banco Fator	0,24	4,39
Banco Pine	0,24	4,39
Banco Safra	0,29	4,44
Bank of America Merrill Lynch	0,28	4,44
Barclays	0,27	4,40
BNP Paribas	0,28	4,44
Bradesco	0,27	4,42
CM Capital Markets	0,21	4,36
Daycoval Investimentos	0,28	4,43
GD Associados	0,27	4,42
Goldman Sachs	0,28	4,43
Guide Corretora	0,26	4,40
Haitong	0,25	4,40
Ibre-FCV	0,21	4,36
Infinity Assel	0,27	4,42
Itaú Unibanco	0,25	4,40
LCA Consultores	0,21	4,36
MAPFRE Investimentos	0,28	4,43
MB Associados	0,38	4,54
MCM Consultores	0,27	4,42
Mongeral Aegon Investimentos	0,24	4,39
MUG	0,25	4,40
Parallaxis	0,26	4,51
Pezco	0,47	4,63
Rabobank	0,26	4,41
Reag Investimentos	0,32	4,47
Rosenberg Associados	0,24	4,39
Sanlander	0,22	4,37
Sicredi	0,23	4,38
SulAmérica	0,28	4,43
Tendências Consultoria	0,37	4,54
UBS	0,26	4,40
Volorantim Assel	0,26	4,41
Média	0,27	4,43

Fontes: instituições financeiras e consultorias

Barrar entrada de imigrante é inconstitucional, diz PGF

Por Luísa Martins e Isadora Peron | De Brasília

A procuradora geral da República, Raquel Dodge, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a "imediata suspensão" do decreto editado pelo Estado de Roraima que dificulta a entrada de imigrantes venezuelanos no Brasil. Em parecer enviado à Corte, ela afirma que a medida é inconstitucional.

O decreto foi editado em 1º de agosto prevendo a deportação e a expulsão de estrangeiros de fora do Mercosul - e impondo condições para que os venezuelanos acessassem serviços públicos essenciais, como saúde. O governo de Roraima alega não ter condições de absorver a quantidade de imigrantes que estavam chegando e pede o fechamento temporário da fronteira.

No documento enviado à relatora, ministra Rosa Weber, a Procuradoria-Geral da República (PGR) cita três pontos inconstitucionais do decreto: a restrição de acesso a serviços essenciais, a deportação ou expulsão

por autoridades estaduais e o fechamento da fronteira. "A medida ofende a política brasileira de migração, incluindo o princípio da acolhida humanitária", argumentou Dodge.

Após 15 horas fechada, a fronteira entre Brasil e Venezuela foi reaberta ontem, por decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Na noite de segunda, Rosa já havia negado pedido do governo de Roraima para impedir a entrada de imigrantes.

Além da ação proposta pelo governo estadual, tramitam na Justiça outros dois pedidos sobre o assunto, ambos requerendo a suspensão do decreto. Um é de autoria do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU); outro é do próprio governo federal.

A União cita que o dispositivo é inconstitucional porque permite forças especiais de segurança e estabelece tratamento diferenciado aos venezuelanos - o que pode reduzir o acesso aos serviços básicos e afrontar o princípio da dignidade.

Temer veta readmissão de excluídos do Simples

Por Andrea Jubé e Carla Araújo
| De Brasília

Em mais um capítulo das idas e vindas em torno da lei que pretendia readmitir empresas de pequeno porte no Simples Nacional, o presidente Michel Temer vetou ontem um projeto de lei que permitia o acesso de empresas excluídas do regime em 1º de janeiro por causa de débitos fiscais. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que a sanção "agrediria a Lei de Responsabilidade Fiscal" e acrescentou que o governo solicitou ao Ministério da Fazenda uma análise do impacto e de sugestões para compensação do setor.

Com a resposta da Fazenda, o governo pretende enviar ao Congresso, antes das eleições, alguma medida para compensar as micro e pequenas empresas, e os microempreendedores individuais, prejudicados com o veto.

O Congresso havia autorizado em julho o retorno ao Simples das empresas que aderiram ao programa de refinanciamento fiscal (Refis). Para o governo, se concretizado esse retorno, a renúncia de arrecadação seria ampliada a níveis insustentáveis em relação ao esforço de consolidação fiscal.

O Sebrae Nacional criticou a decisão de Temer e reiterou que vai trabalhar pela derrubada do veto no Congresso. "Fomos surpreendidos com uma medida que vai prejudicar centenas de milhares de empresas antes beneficiadas pelo Simples Nacional", diz. O Sebrae afirma ainda que com o veto, "das cerca de 470 mil firmas, mais de 300 mil vão ficar fora deste regime tributário". "Vamos procurar uma saída política para fazer valer a vontade do Congresso Nacional, que é quem tem a palavra final, inclusive no tema dos vetos, como já aconteceu por unanimidade no caso do Refis", completa a entidade.

Cessão onerosa e Eletrobras sofrem bloqueio no Senado

Por Vandson Lima, Daniel Rittner e Fabio Murakawa | De Brasília



Cássio Cunha Lima: Nenhum tema polêmico será submetido a votação.

O governo sofreu ontem um duro revés com a decisão do Senado de votar apenas depois das eleições dois projetos de lei - o da cessão onerosa e o das distribuidoras da Eletrobras - que estavam na lista de prioridades do Palácio do Planalto. Se não for revertida nos próximos dias, a indefinição política em torno das duas propostas praticamente enterra os planos de organizar um megaleilão do pré-sal ainda neste ano e de vender no fim de agosto mais quatro distribuidoras de energia controladas pela estatal.

Os planos do governo começaram a ruir na reunião de líderes do Senado, que chegaram ao consenso de deliberar sobre projetos controversos somente depois de escolhido um novo presidente da República. "Nada que tenha qualquer polêmica, e esses dois temas são polêmicos, será submetido a votação. Recomenda o

bom senso que possamos esperar a vontade soberana do povo. Aí sim, teremos a pauta desse novo governo", apontou o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), logo após deixar a reunião.

A perspectiva de uma definição rápida sobre a cessão onerosa no pré-sal e as distribuidoras da Eletrobras ficou ainda mais distante com a iniciativa do presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), de encaminhar os dois projetos de lei para análise das comissões técnicas. "Essas matérias chegaram aqui no final do semestre passado. E é natural que tenhamos de fazer um mínimo de debate de propostas dessa magnitude. São matérias polêmicas e elas terão um debate mais amplo", justificou Eunício.

Nos bastidores, o clima no Ministério de Minas e Energia era de perplexidade e decepção. Havia otimismo quanto à votação dos dois PLs na primeira quinzena de agosto. A aprovação até meados do mês era considerada fundamental para permitir o leilão de excedentes de petróleo nos seis blocos da cessão onerosa até o fim deste ano. O certame pode render mais de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Para organizar os preparativos da disputa, no entanto, o ministério calcula pelo menos três a quatro meses após a sanção do projeto de lei.

A venda de outras quatro distribuidoras da Eletrobras, marcada para o dia 30 de agosto, também depende de projeto para resolver passivos das empresas e dar mais atratividade ao negócio. Só a Cepisa (PI), mais saudável entre todas as distribuidoras, foi leiloada até agora. Sem o PL, a privatização da Amazonas Energia fica inviável. Outras três empresas - Boa Vista (RR), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) - também estão no pacote. "Vamos ver se alguma delas ainda tem o mínimo de viabilidade", disse reservadamente uma autoridade do setor elétrico.

Assessores presidenciais se recusaram a jogar oficialmente a toalha. O ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), articulador do Planalto com o Congresso Nacional, tentou amenizar a derrota. "Não desistimos de nada", garantiu Marun. "Nossas prioridades no Senado Federal continuam sendo a cessão onerosa e a questão das distribuidoras da Eletrobras. Temos a convicção que chegaremos a bom termo para que isso possa ser votado o mais rápido possível, nesta semana ou na outra, ainda em agosto."

Moreira Franco (Minas e Energia), um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, disse esperar que o adiamento da votação pelo Senado ainda possa ser revertido. Ele relatou





ter pedido ao presidente para conversar com Eunício sobre o assunto e afirmou que ele mesmo fará um apelo ao senador. Moreira admitiu dificuldades na negociação, mas acrescentou que "conversa e caldo de galinha não fazem mal a ninguém". "Não é uma questão do governo atual ou futuro. É uma questão do país. O país precisa avançar."

Os dois projetos de lei já foram aprovados na Câmara dos Deputados. Por causa das eleições, o Senado está em regime de esforço concentrado. Reúne-se esta semana e só deve voltar a se encontrar na última semana de agosto e em uma semana do mês de setembro. A votação dessas duas matérias diretamente em plenário dependeria da aprovação de requerimentos de urgência.

Há resistências, no entanto, espalhadas pela base aliada e no próprio partido de Temer. Dois dos senadores mais influentes do MDB se posicionam abertamente contra o PL das distribuidoras da Eletrobras. "Eu, sinceramente, acho que não tem sentido o governo correndo contra o tempo na reta final para se desfazer

do patrimônio público a preço de banana", disse Renan Calheiros (AL).

Eduardo Braga (AM), ex-ministro de Minas e Energia, foi contundente na crítica ao projeto e alerta para o risco de um "tarifaço" no Amazonas. "Algumas empresas estão em condições de ser privatizadas. Outras, não. É o caso da Amazonas Energia. Não existem condições econômicas, nem regulatórias. A dívida da empresa é de R\$ 20 bilhões e o PL só resolve R\$ 7 bilhões", afirma.

"Outros R\$ 13 bilhões ficariam para o consumidor amazonense. Nós já temos a terceira tarifa de energia mais cara do Brasil e ela ficaria impagável", completa Braga. Para ele, não há como votar o projeto do jeito que está. "Ou a União prepara efetivamente a Amazonas Energia para ser comercializada ou o consumidor vai pagar um preço muito alto pela privatização. A modelagem está errada. Ela foi feita para uma empresa como a Cepisa, Celg ou Eletroacre", conclui o emedebista. (Colaboraram Carla Araújo, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)

Com PL, distribuidoras teriam investidores interessados em leilão

Por Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo

O mercado de energia elétrica enxerga interesse de companhias e até de disputa no leilão das quatro distribuidoras da Eletrobras localizadas no Norte - Amazonas Distribuidora de Energia (AM), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre (AC) -, marcado para 30 de agosto na B3. A não realização do leilão e consequente liquidação das concessões, porém, seria "catastrófica" para o setor, podendo deixar os mais de 10 milhões de habitantes desses Estados sem um fornecedor de energia a partir de 2019.

Na avaliação de especialistas e executivos do setor, o baixo quórum do leilão da distribuidora piauiense Cepisa, no fim de julho, vencido pela Equatorial Energia, única participante, não pode ser encarado necessariamente como um termômetro para as próximas licitações, pois os ativos são diferentes.

"Cada empresa analisamos de forma individualizada. As condições que são colocadas em cada empresa variam muito. Alguma empresa tem mais dívida, outra tem mais contingência, a questão da distância do nível regulatório [estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)] é diferente", disse

o executivo de uma empresa do setor. "Cada empresa está de um jeito. Então cada análise é feita de um jeito. Continuamos avaliando as empresas que têm leilão previsto para o fim de agosto".

Um fator determinante para o sucesso do leilão das distribuidoras do Norte é, de fato, a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei (PL) que garante neutralidade de custos e soluciona pendências financeiras dessas empresas para o próximo controlador. A expectativa do governo é que o PL seja aprovado antes do leilão. "Para elas [distribuidoras] serem viabilizadas, é preciso aprovar o PL", disse o executivo.

Mesmo as distribuidoras Ceron e Eletroacre, que não dependem diretamente do PL para serem viáveis, ficam consideravelmente mais "atrativas" com a mudança na legislação.

A não aprovação do PL é um cenário temido pelo setor elétrico pois não há "plano B" para as concessões desses estados. O mesmo vale para a Ceal, do Alagoas, cuja privatização está vetada por uma liminar do Supremo Tribunal de Justiça (STF). Juntas, as três concessões têm mais de 3 milhões de unidades consumidoras, que ficarão sem um concessionário de energia a partir de janeiro, caso a privatização não saia. Sem recursos

para investir nessas empresas, a Eletrobras devolveu as concessões em julho de 2016, e está prestando o serviço apenas como "designada".

O cenário também é péssimo para a Eletrobras, que teria um custo de R\$ 21 bilhões com a liquidação das concessões.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, o fato de a Equatorial ter sido a única participante do leilão da Cepisa não indica necessariamente que as distribuidoras da Eletrobras não são atrativas. "O prêmio pago pela Equatorial Energia mostrou que ela via atratividade na Cepisa", disse o especialista.

Segundo ele, os demais grupos de energia do país estão olhando as outras empresas da Eletrobras. Há interesse também pela Ceal, cuja privatização está suspensa por liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, no contexto de uma disputa entre o governo do Estado e a União.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a participação de uma única empresa no leilão da Cepisa não foi algo negativo. "Havia uma conjuntura apertada e alguns players já tinham se posicionado em outros ativos [Como a Enel, que adquiriu recentemente a Eletropaulo]. Todos





as distribuidoras da Eletrobras são difíceis, mas seguramente as empresas estão olhando para elas", disse.

Centrais sindicais, contrárias à privatização das distribuidoras, porém, têm trabalhado junto aos senadores para tentar evitar a votação do projeto, pelos menos antes das eleições, o que já comprometeria o leilão previsto para o fim deste mês. "Estamos indo aos gabinetes dos senadores", disse Nailor Gato, vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e presidente do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia (Sindur-RO).

Teto só muda com reforma, diz Vescovi

Por Fábio Pupo | De Brasília



Ana Paula Vescovi: É preciso uma "discussão robusta com Congresso e sociedade".

A secretária-executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, afirmou que uma eventual aceleração no ritmo de aprovação de reformas macroeconômicas poderia levar o próximo governo a rediscutir a regra do teto de gastos. No entanto, ela ressaltou que a norma constitucional - que impede o crescimento real das despesas - precisaria, neste caso, ser novamente debatida com o Congresso.

"Fizemos o teto de gastos prevendo um ajuste gradual em dez anos. Se as reformas forem aceleradas e houver um ajuste mais rápido, ele [próximo governo] poderá eventualmente rediscutir a regra do teto", afirmou. "Agora, é uma emenda constitucional e tem que fazer uma discussão robusta com o Congresso e a sociedade", completou.

A secretária, que participou de seminário em Brasília, disse que as reformas em discussão no Congresso - como a da Previdência - são o principal instrumento para reequilibrar as contas públicas. Os indicadores fiscais, segundo ela, têm problemas como a indexação dos gastos obrigatórios e o "engessamento" orçamentário, o que deixa para o governo pouca margem para escolher no que vai gastar.

A secretária mencionou ainda a reforma tributária e disse que a recente redução da carga de impostos das empresas aplicada pelos Estados Unidos traz um "desafio enorme" para o Brasil. "Eles reduziram a tributação corporativa, e as empresas estão pagando 21% de impostos lá. Na Europa [a carga] é similar", disse.

No Brasil, de acordo com ela, as companhias pagam carga tributária maior, de 34%. "É óbvio que isso gera pressão adicional sobre o sistema tributário brasileiro e é algo que se estabelece como um novo desafio para a nossa discussão de reforma."

Ela defendeu ainda que seja repensado o pagamento de impostos pelos mais ricos e afirmou que o governo tomou iniciativa nesse sentido ao criar uma proposta de tributação sobre fundos de

investimentos exclusivos. "A gente devia pensar a tributação na parte de cima da pirâmide. E temos uma proposta concreta sobre os fundos fechados. É uma forma de dar isonomia e um exemplo claro de como tributar o andar de cima", afirmou.

A proposta do governo foi enviada na semana passada e prevê que o recolhimento de impostos sobre esses fundos seja semestral - atualmente a cobrança ocorre somente nos casos de resgate das cotas ou em amortização.

A taxa sobre dividendos outro tema recorrente na área tributária, poderia ser feita, segundo a secretária, de duas formas: sobre a pessoa física ou a jurídica. "Quando esses lucros são distribuídos para a pessoa física, deixam de estar no sistema produtivo como fonte de financiamento à produção e ao investimento e têm que ser tributados como pessoa física", defendeu.

A segunda opção seria a tributação dos dividendos antes de eles saírem das companhias. "Aí tem que tomar cuidado para não tributar a poupança. Porque distorceria a intenção de poupar, que é a reserva de lucros e resultados para fazer investimentos e abater dívidas", afirmou.





Além de participar das discussões sobre as reformas, a secretária analisou medidas microeconômicas ao considerar que o governo pode até estudar antecipar medida que eleva para R\$ 1,5 milhão o teto de valor das unidades que podem ser adquiridas por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Apesar disso, ela ponderou que o CMN decidiu pelo começo de vigência da regra em janeiro de 2019 justamente para dar previsibilidade ao setor.

Por isso, considera o intervalo até a implementação importante. "Acho que precisa de um tempo para o setor entender a medida e se organizar, acho que é importante", disse.

Reajuste de salários opõe ministros no Supremo

Por Isadora Peron e Luísa Martins | De Brasília



O ministro Ricardo Lewandowski: "Primeiro, não é aumento, é reajuste. Nós estamos defasados em mais de 40%".

O reajuste no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) será debatido hoje pelos integrantes na Corte em uma sessão administrativa marcada para começar às 18h. A presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, defende não incluir o aumento na proposta orçamentária que será enviada ao Congresso, mas ministros devem contestar a decisão da magistrada.

"Primeiro, não é aumento, é reajuste. Nós estamos defasados em mais de 40% (em relação às perdas com a inflação)", disse ontem o ministro Ricardo Lewandowski.

Segundo ele, "a boa técnica orçamentária" prevê que o STF deve encaminhar uma proposta de reajuste para a categoria para ser avaliada tanto pelos parlamentares quanto pelo Executivo. "Se o

Congresso vai conceder ou não, se o presidente veta ou não, isso é um outro problema, a gente está só no plano da técnica orçamentária", defendeu.

Assim como aconteceu no ano passado, Lewandowski deve pedir a inclusão no orçamento da proposta de elevação da remuneração dos ministros. Na época, ele defendeu um reajuste de 16,38%, mas foi vencido pela maioria - apenas dois dos onze ministros o acompanharam, Luiz Fux e Marco Aurélio Mello.

Na época, venceu o grupo de Cármen Lúcia. A última proposta enviada pelo STF ao Legislativo foi 2015, quando Lewandowski estava na presidência da Corte e sugeriu elevar o subsídio mensal dos ministros de R\$ 33,7 mil para até R\$ 39,2 mil. "No meu tempo, eu fiz o orçamento, fiz os remanejamentos necessários, agora não sei de nada", comentou o ministro ao ser questionado se haveria espaço para fazer uma remanejamento de recursos para viabilizar o reajuste.

A tendência, porém, é que o tribunal fique mais dividido este ano. Fux também avalia submeter durante a reunião a proposta da Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU) de incorporar o auxílio-moradia ao valor do salário do ministros. O relatório da AGU sobre o pagamento do benefício de R\$ 4,3 mil a juízes e promotores foi

devolvido ao STF no mês passado sem um acordo fechado.

Nos dois anos em que esteve à frente da presidência do Supremo, Cármen Lúcia decidiu não endossar o reajuste para a magistratura. A posição da ministra é que não é o momento para discutir o assunto, devido à crise econômica pela qual passa o país.

Nas últimas semanas, representantes de juízes e do Ministério Público Federal tiveram diversas reuniões com a ministra e apresentaram uma proposta de revisão de 12%, o que teria um impacto de R\$ 3 bilhões nos cofres públicos.

Atualmente, os integrantes da Corte recebem R\$ 33,7 mil. O incremento na remuneração elevaria o teto salarial para todo o funcionalismo público, gerando o chamado "efeito cascata", pois serve de base para aumentos de outras categorias.

Também sob o comando de Cármen Lúcia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou ontem a proposta orçamentária do órgão que será encaminhada ao Congresso. O valor proposto será de R\$ 231,1 milhões, o que representa um aumento de 4,7% em relação ao orçamento do Conselho em 2018.





Segundo CNJ, o valor respeitou o limite estabelecido pelo Ministério do Planejamento com base na política de teto de gastos do governo. "O valor é suficiente e adequado para as despesas necessárias para o desempenho das atividades do CNJ e de acordo com projeções feitas", disse.

A presidente do STF também afirmou que realizou uma "administração extremamente austera" à frente do órgão para que o Poder Judiciário pudesse contribuir com o momento do País.

Ajuste fiscal 'é o que está no cardápio', diz Arminio

Por Leila Souza Lima | De São Paulo

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga disse ontem que, independentemente dos resultados nas urnas, o país não poderá se esquivar de fazer o ajuste fiscal. "O maior problema hoje é não tomar decisões difíceis, o que pode acarretar sacrifícios maiores. Muitas vezes a gente ouve: 'vamos fazer o ajuste fiscal ou ser felizes?' Não tem isso no cardápio. O que está no cardápio é fazer o ajuste e não mergulhar numa crise mais profunda", afirmou o economista, após participar de debate no GovTech Brasil - evento em São Paulo para discutir o papel da inovação e tecnologia na construção de governos eficientes.

Segundo Arminio, "em passado não muito distante", o Brasil seguiu na direção oposta. "A partir de um discurso populista, tomamos o caminho das péssimas políticas públicas e deu no que deu. O país está aí quebrado, com desemprego alto, um sofrimento enorme, quando deveríamos estar crescendo", observou.

Arminio destacou que, no ambiente atual, com recrudescimento desse populismo, é preciso passar para as pessoas a sensação de que

elas têm oportunidades. Estimular o sentimento de solidariedade e de contarem com uma rede de proteção. "Esse é o nosso maior desafio. O mercado fez muitos avanços, mas está perdendo no campo da felicidade geral das pessoas", disse o fundador da Gávea Investimentos.

Ao abordar as perspectivas para a inovação no país, o ex-presidente do BC foi taxativo ao dizer que a parceria entre o governo e o setor privado não tem sido bem-sucedida. O "ecossistema" brasileiro, pontuou, ainda favorece "predadores", com a captura do Estado por grupos de interesses. "Há um desequilíbrio. E, nesse campo, o terceiro setor tem estado à frente de iniciativas interessantes", ressaltou o economista.

As reformas necessárias ao crescimento, segundo Arminio, dependerão da qualidade do debate político nos próximos 60 dias, período que precederá a sucessão presidencial: "Se alguém se eleger em cima de uma plataforma realista, que encare os problemas do país, as chances de algo acontecer no campo das reformas aumentarão imensamente. Não só em tecnologia, mas nas áreas básicas: educação, saúde, meio ambiente, segurança."

O ex-presidente do Banco

Central disse que somente será possível ter uma visão melhor das opções entre os candidatos daqui a um mês, quando eles estiverem se posicionando melhor sobre os assuntos. "Se não conseguirem apresentar propostas concretas a partir de diagnósticos rigorosos, minha impressão é que vamos ficar sofrendo. Mas está um pouco cedo e não quero prejudicar ninguém. As pessoas podem ter uma história de adesão a ideias ou modelos equivocados - e temos muito dos dois no Brasil -, mas de repente mudam. Vamos ver", ponderou.

Presente ao debate, o economista Marcos Lisboa, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e atual presidente do Insuper, defendeu que é preciso discutir o que classifica como apego da sociedade e do mercado brasileiros a projetos mal sucedidos. Segundo ele, a pobreza no país, em parte, tem relação com a prática de socorro financeiro aos negócios que dão errado.

"O Estado tem que proteger menos indústrias atrasadas", afirmou Lisboa, ao defender o fim das atividades de empresas ineficientes:

"Não deu certo? Fecha e vende os ativos. Não tem que gastar mais dinheiro", disse o economista.

Cientistas protestam contra cortes e divulgam estudos nas redes sociais

Pesquisadores tiveram engajamento bastante elevado, segundo análise da FGV, para explicar o que já estudaram com financiamento público

Phillippe Watanabe

São Paulo "Eu pesquiso aglomerados de galáxias", escreveu a astrofísica Stephane Werner, mestranda da USP, no Twitter, "para, no fim, tentar entender como o Universo funciona". "Eu tento otimizar o tratamento de tuberculose para diminuir os efeitos colaterais", relatou o graduando de farmácia bioquímica @Araujo_Renan. Histórias como essa inundaram as redes sociais na última semana, acompanhadas da hashtag #existepesquisanobr. O tema ganhou força após as declarações de Jair Bolsonaro (PSL) no programa Roda Viva, no último dia 30. "Nós somos carentes nessa área, nós não temos pesquisa no Brasil", disse o presidenciável. Dois dias depois, o conselho superior da Capes, maior agência de fomento à pós-graduação no país, emitiu uma nota endereçada ao MEC dizendo que, se o orçamento anual viesse como planejado, em agosto de 2019 não haveria mais recursos. Outra onda de manifestações ganhou as redes sociais com a hashtag

#minhapesquisacapes. Protestos e explicações sobre inúmeras pesquisas desenvolvidas no país ganharam as redes e geraram um engajamento atipicamente elevado para os padrões do Twitter. A geneticista Mayana Zatz disse que o corte seria "um desastre irreversível", o neurocientista Miguel Nicolelis chamou de "juízo final da ciência brasileira", e, para o climatologista Paulo Artaxo, a situação seria "surreal".

Werner recebe R\$ 1.500 mensais da Capes para realizar sua pesquisa. "Temos que nos dedicar em tempo integral, não temos vale-refeição, vale-transporte e não há tempo para trabalhar em paralelo." Sem o auxílio, ela não teria como terminar o mestrado. "Meus pais não têm como me bancar. Eu teria que largar a carreira científica."

Marcela Latanda, doutoranda pelo programa de biotecnologia, também da USE iniciou há dois meses uma pesquisa sobre resistência de tumores à quimioterapia. Ela, que recebe cerca de R\$ 2.200 mensais, classificou a notícia como desesperadora. "Pensando como cidadã, é desperdício de investimento público."

Uma análise da FGV Dapp

(Diretoria de Análise de Políticas Públicas) quantificou esse engajamento na rede social. Entre o início da tarde de quinta (2) e o meio-dia de sexta (3), foram 124.300 mensagens sobre o tema no Twitter.

No pico das menções sobre o assunto, foram registrados 213 tuítes por minuto. Para os pesquisadores da FGV, a quantidade é expressiva, sendo comparável à menção de nomes de candidatos à presidência durante a participação em programas de TV.

Com as hashtags, predominou uma visão negativa sobre o futuro científico no Brasil. Uma das várias comparações feitas pelos internautas foi com o auxílio-moradia recebido por magistrados.

Ildu Moreira, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) afirma que a #existepesquisanobr é um primeiro passo, mas que não pode parar por aí. "Temos uma tradição no Brasil de a comunidade científica ser mais fechada em si mesma, com uma interação pequena com a sociedade. Temos que superar isso."

Os cientistas muitas vezes não divulgam suas pesquisas com a crença de que não serão





compreendidos pela população leiga, de acordo com Carlos Hotta, cientista da USP que estuda o relógio biológico das plantas e que também entrou na #existepesquisanobr.

"O cientista pode educar a população cientificamente ao mesmo tempo em que ele divulga sua pesquisa", diz Hotta. "No cenário brasileiro, isso é uma obrigação. Um cientista que não faz isso, para mim, é um profissional incompleto."

As redes sociais podem servir como arma para que a população veja de modo mais transparente para onde vai — pelo menos na ciência — o dinheiro público. Além de, claro, ter contato com um mundo que parece inacessível.

Procurados, o Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão afirmam que a Proposta de Lei Orçamentária ainda pode sofrer alterações. "O Ministério da Educação reafirma que não haverá suspensão do pagamento das bolsas da Capes", diz, em nota, a pasta.

Colaborou Gabriel Alves

ELEIÇÕES 2018 » **Um anexo de R\$ 80 milhões**



Governo pagará mais R\$ 797,6 mil para alterar o projeto arquitetônico original dos edifícios da Esplanada

A Secretaria de Patrimônio da União e a Fundação Oscar Niemeyer assinam contrato que permitirá a construção de um prédio ao lado do Ministério do Planejamento, no bloco K, para alocação de 2,7 mil servidores

»ALESSANDRAAZEVEDO

Após quatro anos de discussão entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e a Fundação Oscar Niemeyer, o anexo do bloco K da Esplanada dos Ministérios poderá, enfim, sair do

papel. Eles assinaram ontem um contrato que permite a construção do prédio ao lado do Ministério do Planejamento, que poderá alocação de 2,7 mil dos 6,3 mil servidores ativos da pasta.

O governo federal pagará R\$ 797,6 mil à fundação para poder usar e alterar o projeto arquitetônico original dos anexos, incluindo túnel suspenso de conexão com o edifício principal, por tempo indeterminado. Com a construção do prédio, o objetivo é reduzir despesas com aluguel de imóveis pela União — R\$ 1,788 bilhão saiu dos cofres públicos em 2017 para pagar aluguéis e condomínios para alocação de parte dos

633 mil servidores públicos em atividade nos diversos órgãos.

Como a área é tombada, o anexo será feito nos mesmos moldes dos nove que já foram construídos na Esplanada, conforme exige o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ou seja, será composto por dois blocos interligados em forma de H, cada um com cinco pavimentos acima do solo — um térreo e quatro superiores — e um subsolo. Espaço suficiente para alocação pelo menos um terço dos 4,4 mil funcionários da pasta que trabalham atualmente no Distrito Federal.

A SPU não informou quanto a União precisará gastar para erguer o prédio com as mesmas especificações dos que já existem. O órgão afirmou que vai esperar o recebimento do projeto para estudá-lo e estimar o valor. Todos os documentos serão digitalizados e enviados à secretaria nas próximas duas semanas, garantiu o diretor executivo da Fundação Oscar Niemeyer, Ciro Pironi.

Pelas estimativas de Pironi, feitas a pedido do Correio em março, a obra não deve sair por menos de R\$ 80 milhões, sem contar gastos com instalações elétricas e o pagamento dos direitos autorais à fundação. Por esses cálculos, caso o governo decida construir os oito prédios que ainda não têm anexos





na Esplanada, precisará desembolsar pelo menos R\$ 640 milhões.

O contrato assinado ontem por Pirondi e pelo subsecretário de assuntos administrativos do Ministério do Planejamento, Walmir Gomes, autoriza o governo federal a replicar o projeto original dos anexos para a edificação, por enquanto, apenas do prédio complementar ao bloco K, onde está instalado o Ministério do Planejamento. Para construir outros anexos, o governo precisará de uma nova autorização de uso do projeto.

Consenso

As negociações entre a SPU e a fundação estavam em curso há anos, com dificuldades de entendimento entre as partes, como noticiou o Correio. O que impedia o anexo de ser construído era a falta de acordo quanto ao preço que deveria ser pago pelo projeto. “Estamos hoje superando entraves jurídicos que, por muito tempo, nos impediam de projetar as novas unidades”, comemorou ontem o subsecretário de Assuntos Administrativos da pasta, Walmir Gomes.

Segundo Pirondi, o grande obstáculo à assinatura desse contrato foi a discussão sobre a propriedade dos direitos autorais das obras de Niemeyer. “Havia uma discussão na família. Finalmente, estamos saindo de uma dimensão familiar para uma dimensão maior”, afirmou o diretor executivo da fundação.

Maia quer realismo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a afirmar ontem que só colocará em votação o projeto de lei que trata de mudanças na Lei Kandir caso os governadores e entidades interessadas apresentem soluções realistas sobre de onde o governo federal pode retirar recursos para compensar Estados e municípios.

“Eu disse para os governadores que, apesar de entender que não cabe mais a Lei Kandir no país. Se for para ser tributada, os estados deveriam ter liberdade, como antes federados, para fazê-lo. Mas eu não sou o dono da Casa e disse que me comprometeria a pautar a matéria se me mostrassem de onde, dos 104% de despesas obrigatórias que o orçamento tem hoje, vão tirar os recursos para que se possa votar a matéria”, disse.

De acordo com Maia, se não houver esse convencimento, “será muito difícil pautar (as mudanças para) a Lei Kandir”. “A mesma crise fiscal que os estados vivem, o governo federal vive também”, completou. Por isso, soluções como a retirada dos recursos de investimentos não têm a menor condição. “Se há um déficit primário, o investimento não existe. Temos que organizar as contas públicas primeiro”, afirmou.